



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira

RELATÓRIO AMBIENTAL
RESUMO NÃO TÉCNICO

dezembro 2019

FICHA TÉCNICA

Título:

Relatório Ambiental do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira –Resumo Não Técnico

Autoria: Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente; Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística – Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território.

Equipa Técnica:

Bruno Miranda (Urbanista – Diretor DUOMA)

Pedro Martins (Arquiteto – Chefe DPTGU)

Sofia dos Santos (Urbanista Paisagista – Dirigente UPOT)

Filipa Raimundo (Arquiteta Paisagista – Técnica UPOT)

Carina Ribeiro (Arquiteta – Estagiária UPOT)

Ana Ferreira (Eng.ª Território – Técnica Superior UPOT)

Miriam Pombo (Eng.ª Civil – Técnica Superior UPOT)

Pedro Rondão (Desenhador – Técnico UPOT)

Colaboração:

Divisão de Ambiente – Nuno Soares (Eng.º do Ambiente – Chefe DA);

Divisão de Obras Municipais – António Fernandes (Eng.º Civil – Chefe DOM); Dário Jacinto (Eng.º Civil – Dirigente UPO)

Divisão de Assuntos Jurídicos – Ana Viana (Jurista – Diretora DAGJ); Cátia Sousa (Jurista – Técnica Superior DAGJ)

Unidade de Sistemas de Informação Geográfica – Lucília Gaspar (Geografa – Técnica Superior USIG)



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6
2. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO	7
2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL	13
3. ÂMBITO ESTRATÉGICO DA AAE	14
4. ANÁLISE E AVALIAÇÃO AMBIENTAL	16
5. AVALIAÇÃO E ESTRATÉGIA DE IMPACTES	19
6. PLANO DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA	26
7. RECOMENDAÇÕES	30
8. CONCLUSÕES	32



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do PPAAEC.....	6
Figura 2 – Planta de Implantação do PPAAEC.....	9



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro resumo da proposta de parâmetros urbanísticos.....	12
Quadro 2 – Quadro de referência estratégico	14
Quadro 3 – Quadro Resumo.....	29



1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental (RA), que integra o processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Pormenor de Atividades Económicas da Carrasqueira (PPAAEC), plano este que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Mafra.

A área de intervenção do PPAAEC, com cerca de 6ha, localiza-se no concelho de Mafra, na Freguesia de Santo Isidoro, mais concretamente entre o aglomerado rural de Cabeça Alta e o Bairro Alto, desenvolvendo-se ao longo da Estrada Municipal 616 (EM 616) (Figura 3). Esta área situa-se a cerca de 7 Km da Vila de Mafra e a cerca de 7Km da Vila da Ericeira, sendo de especial relevância a proximidade à Cidade de Lisboa e ligações rodoviárias para a A8, o que torna a área do PPAAEC uma mais valia para o desenvolvimento económico deste território.

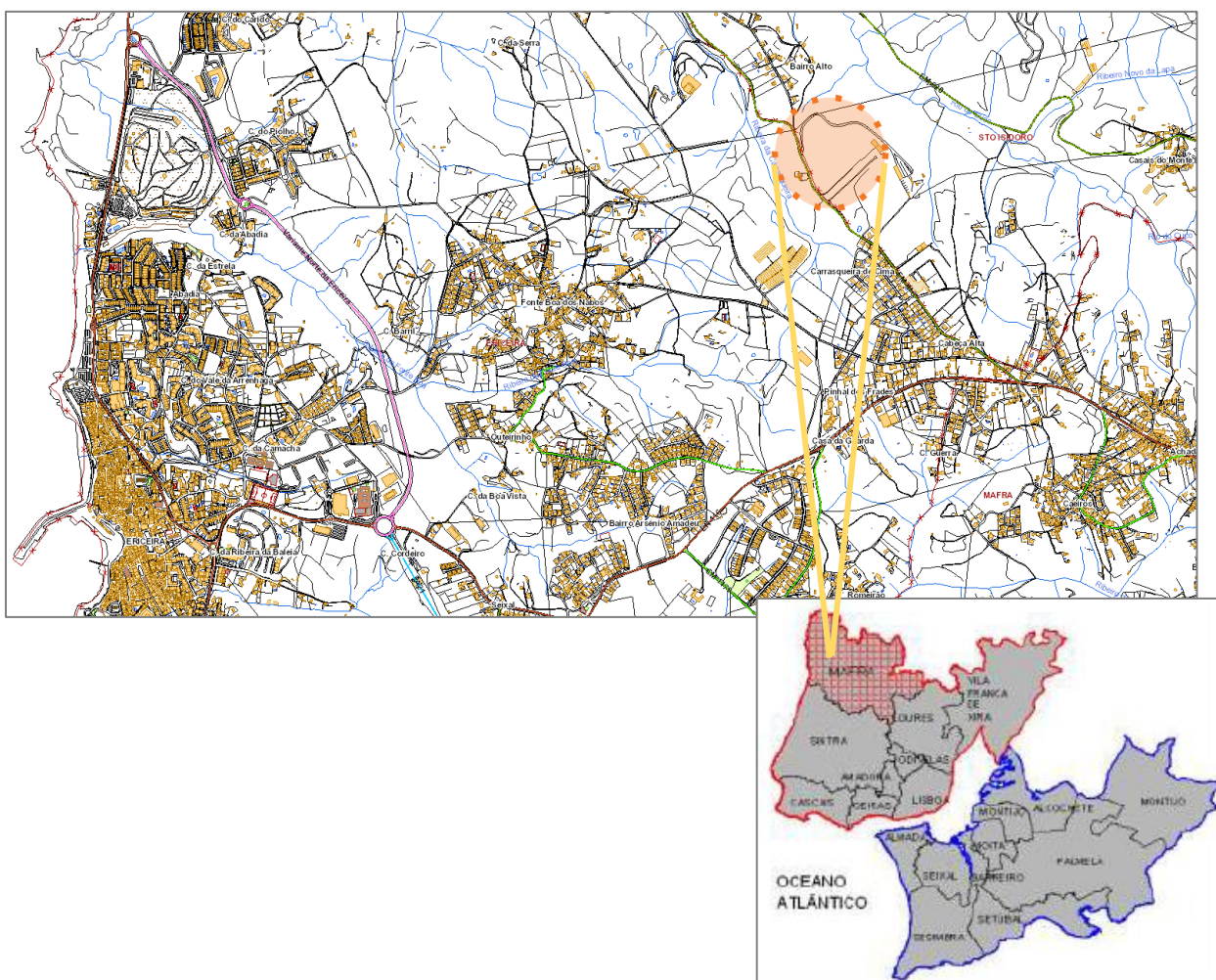


Figura 1 – Localização do PPAAEC.

2. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO

O objetivo de promover a execução de uma área estruturada vocacionada para a instalação de atividades económicas faz parte da estratégia de desenvolvimento económico municipal de Mafra.

De acordo com o artigo 2º, do Regulamento do PPAAEC, o Plano visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Promover o desenvolvimento de um espaço de atividades económicas, infraestruturado que permita a realocação de atividades económicas localizadas no interior dos principais centros urbanos;
- b) Requalificar um território degradado, do ponto de vista ambiental e paisagístico;
- c) Definir um modelo de ocupação urbana que permita a articulação entre o investimento privado e as opções municipais de ordenamento do território para a área do plano e a sua envolvente;
- d) Requalificar os espaços exteriores e sua interligação aos espaços adjacentes existentes, designadamente espaços naturais e espaços residenciais;
- e) Reclassificar solo rural em solo urbano, para as categorias de espaços de atividades económicas e espaços verdes, nos termos do definindo no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado através do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação vigente, conjugado com o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

Efetivamente é uma preocupação do município promover o investimento económico, de base local, que permite a criação de emprego e a fixação de investimento. A localização para a instalação da área de atividades económicas é sustentada por um conjunto de forças e oportunidades como os bons acessos, a proximidade com os perímetros urbanos (Ericeira/Mafra/Santo Isidoro), a oferta de espaços organizados e infraestruturados para a fixação e dinamização de atividades económicas, que podem favorecer a criação de emprego. No entanto, será necessário o enquadramento com as condicionantes e servidões existentes, sendo por isso crucial as medidas de precaução adicionais ao nível da infraestruturação urbanística e de ecoeficiência nos domínios da gestão da água e energia.

A necessidade e a oportunidade de decisão de construir uma zona de atividades económicas, no concelho de Mafra, é evidente face à ausência de espaços organizados e infraestruturados para o efeito. As atividades económicas de base local, como sejam, armazéns para a instalação de oficinas, pequenas oficinas, serviços e logística, devem ser organizados e infraestruturados para o efeito, de modo a proceder ao correto ordenamento do território. Fazem parte dessa estratégia a Dinamização Económica de Mafra, a definição municipal para os setores estratégicos de desenvolvimento, atrair investimento, empresas inovadoras e garantir a geração líquida de empregos acima da média nacional.



Tirando partido do enquadramento paisagístico do local, as propostas efetuadas visam a promoção deste local, estabelecendo a estruturação e infraestruturação desta área de modo a disciplinar e orientar as atividades em espaços próprios, estruturados e infraestruturados para o efeito e, assim, contrariar a ocupação dispersa ou em meio urbano de atividades económicas potencialmente incompatíveis.

A proposta consiste na definição de parcelas ou lotes, onde os aspetos regulamentares procuram garantir a flexibilidade na ocupação da zona, agregando parcelas em função das necessidades das empresas, devidamente infraestruturadas e enquadradas no território, e onde os futuros utilizadores poderão usufruir dos espaços exteriores, interligados por uma rede de percursos pedonais até aos núcleos urbanos mais próximos.

Por outro lado, a intervenção visa também a valorização e promoção da paisagem e da estrutura ecológica municipal na área envolvente.

A proposta consta na definição de 3 parcelas ou lotes, com a delimitação de diferentes espaços:

- a) **Parcela ou lote 1** – Espaços de atividades económicas (áreas industriais, serviços e logística/ áreas de circulação viária, pedonal e estacionamento) e espaços verdes;
- b) **Parcela ou lote 2** – Espaços de atividades económicas (áreas industriais, serviços e logística/ áreas de circulação viária, pedonal e estacionamento) e espaços verdes;
- c) **Parcela ou lote 3** – Espaços verdes e áreas de circulação viária, pedonal e estacionamento, do domínio privado municipal e de uso condicionado;
- d) **Área de cedência ao domínio público municipal** – corresponde a áreas a afetar ao alargamento e melhoria da EM616.

Cada uma das parcelas ou lotes afetos a espaços de atividades económicas deverá ter um programa de gestão, assim como a instalação de espaços verdes, com áreas de uso privado e áreas de proteção e contenção de taludes que salvaguardam o enquadramento paisagístico.





Figura 2 – Planta de Implantação do PPAEC.



Parcelas ou Lotes 1 e 2

Nas parcelas 1 e 2, as edificações a construir nas áreas industriais, serviços e logística destinam-se ao uso industrial e a usos associados de apoio, designadamente atividades complementares ao uso industrial. As edificações devem respeitar os parâmetros de acordo com o artigo 15º, do regulamento do plano.

Nas áreas verdes de uso privado (artigo 23º do regulamento) será admitido o uso de vegetação herbácea e arbustiva, que permita o aumento da biodiversidade, e a plantação de árvores ou de cortinas arbóreas, que minimizem impactes visuais e sonoros e a ação dos ventos fortes, admitindo-se ainda zonas de revestimento com materiais inertes. Nestas áreas deverá ser valorizada a utilização de espécies vegetais autóctones, designadamente: *Arbustus unedo*, *Juniperus pfitzeriana*, *Sambucus nigra*, *Tamarix africana*, *Viburnum tinus*, *Acer pseudoplatanus*, *Cupressus sempervirens*, *Laurus nobilis*, *Olea europaea*, *Prunus lusitanica*, *Quercus robur*.

Nas áreas verdes de proteção e contenção de taludes correspondem às zonas norte das parcelas 1 e 2, cuja modelação do terreno deverá garantir a diminuição da erosão do solo e o incremento da infiltração de águas pluviais.

Estas áreas devem ser objeto de estabilização e consolidação, através do uso de vegetação herbácea e arbustiva adequada à fixação do solo e às condições edafoclimáticas do local e que promova o aumento da biodiversidade, conforme o previsto na planta de espaços verdes.

Os taludes deverão prever um sistema de drenagem eficaz, que evite a escorrência excessiva das águas pluviais, podendo ser utilizadas malhas, telas ou estruturas de gabião para a estabilização inicial.

As espécies vegetais a utilizar deverão corresponder a espécies autóctones específicas da zona ecológica Atlante-Mediterrânica, conforme o previsto na planta de espaços verdes, designadamente *Sambucus nigra*, bem como espécies herbáceas que favoreçam a fixação do solo evitando a sua erosão.

Parcela ou Lote 3

As áreas verdes de proteção e enquadramento, localizadas na parcela 3, correspondem à faixa verde envolvente da área do Plano, que assegura a valorização ecológica e visual e permite a continuidade e a interligação com a Estrutura Ecológica Municipal prevista no PDM.

Estas áreas deverão ser constituídas por estruturas arbóreas ou arbustivas autóctones específicas da zona ecológica Atlante-Mediterrânica, de densidade alta e média, devendo ser garantido o controlo da carga combustível, de modo a minimizar o risco de incêndio florestal.

Nestas áreas, os exemplares que por questões fitossanitárias poderão colocar em causa toda a comunidade vegetal, deverão ser substituídos gradualmente por exemplares de vegetação arbórea esclerofila, adaptadas aos futuros cenários de adaptação às alterações climáticas.

Admite-se, ainda, a substituição de exemplares arbóreos existentes, que por questões fitossanitárias poderão colocar em causa toda a comunidade vegetal, devendo ser substituídos gradualmente por exemplares de vegetação arbórea esclerofila, adaptadas aos futuros cenários de adaptação às alterações climáticas. Ainda no que respeita aos espaços verdes, as espécies arbóreas propostas não deverão ser utilizadas espécies com maior probabilidade de causar alergias.

De acordo com a descrição da proposta, com os objetivos estratégicos e específicos definidos para o PPAAEC e com o macro enquadramento estratégico que consubstanciou a elaboração deste plano e respetiva AAE, foram identificadas as seguintes Questões Estratégicas (QE):

- **QE1** –_Afirmar a área de atividades económicas como uma zona industrial de elevada qualidade, que permita o aumento da empregabilidade no concelho;
- **QE2** – Valorizar os recursos naturais e paisagísticos e a identidade do local, assegurando a integração da Área de Atividades Económicas na envolvente;
- **QE3** – Reforçar o papel da Área de Atividades Económicas enquanto local estratégico para a diversificação da economia municipal e paralelamente como um espaço de valorização paisagística que permita o usufruto da população local, designadamente na parcela ou lote n.º 3.



No quadro seguinte são identificados os valores mais relevantes na quantificação da proposta de ocupação, bem como os parâmetros urbanísticos.

N.º Parcelas ou Lotes	Área (m²)	Uso Dominante	Construção (m²)	I. utilização solo	Cércea (m)	Impermeabilização (m²)	Estacionamento total
01	25.367	Industria mobiliário, serviços e logística	12.096	0,48	9	21.737	126
02	21.986	Industria, serviços e logística	8.100	0,37	9	18.276	99
03	9.123	Verde de proteção e acesso condicionado	-	-	-	2.114	-

Quadro 1 – Quadro resumo da proposta de parâmetros urbanísticos.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

A AAE do PPAAEC foi desenvolvida considerando uma metodologia, em acordo com os guias de melhores práticas. Em simultâneo, esta deverá ocorrer em simultâneo com o processo de elaboração do Plano, considerando aspetos relevantes para o mesmo, num contexto de sustentabilidade e de seleção de opções de carácter estratégico para proceder à devida avaliação.

Neste sentido, o processo de AAE do PPAAEC integra os seguintes documentos:

- A. **Relatório Ambiental (RA)** (esta fase corresponde a uma avaliação dos FCD definidos em fase anterior, em que se pretende identificar as principais tendências previstas para o território, bem como dos efeitos significativos decorrentes da efetivação do PP. Pretende-se apresentar ainda uma análise SWOT, os efeitos esperados e as oportunidades e ameaças da proposta, por FCD.
- B. **Declaração Ambiental (DA)** (a elaboração de uma DA deve seguir os termos estipulados no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, devendo esta, após aprovação do Plano, ser enviada pela entidade responsável pela sua elaboração à APA.)

Para a definição dos FCD, foram considerados um conjunto de elementos previstos pelo regime legal da AAE, designadamente:

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)** - integra as macro orientações de política nacional, europeia e internacional, os objetivos e as metas estabelecidas em matéria de ambiente e sustentabilidade, com as quais a AA do PPESBA estabelece relações;
- **Questões Estratégicas (QE)** - traduzem os objetivos e linhas de força do Plano de Pormenor e o seu potencial com as implicações ambientais;
- **Fatores Ambientais (FA)** - definem o âmbito ambiental relevante, e devem ser ajustados consoante o Plano em avaliação.

O presente RNT corresponde a uma síntese do segundo relatório do processo de AAE - Relatório Ambiental (RA), onde se avaliam os efeitos significativos no ambiente afetado tendo por base as opções e intervenções do PPAAEC face aos FCD selecionados.



3. ÂMBITO ESTRATÉGICO DA AAE

Da análise dos elementos estruturantes para a AAE identificados anteriormente, e em consonância com a abordagem metodológica definida anteriormente, foram determinados os FCD do PPAAEC. Nesse sentido, foi definido um referencial que reúne objetivos ambientais e de sustentabilidade consagrados em políticas, planos e programas internacionais, nacionais, regionais e municipais, para além dos de índole estratégica e sectorial.

Apresentam-se de seguida o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Ambientais considerados no processo de Avaliação Ambiental do PPAAEC.

Quadro de Referência Estratégico	
CEP	Convenção Europeia da Paisagem
ELAC	Estratégia Local para as Alterações Climáticas
ENA	Estratégia Nacional para o Ar
EN AAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ENE	Estratégia Nacional para a Energia
PBHRO	Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste
PDM	Plano Diretor Municipal de Mafra
PENAASAR	Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de água e Saneamento de Águas Residuais
PERSU	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PNA	Plano Nacional da Água
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAP	Política Nacional de Arquitetura e Paisagem
PNGR	Plano Nacional de Gestão de Resíduos
PNPOT	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNUEA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PROFLVT	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo
PROTAML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PSRN	Plano Setorial para a Rede Natura
RNC2050	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050

Quadro 2 – Quadro de referência estratégico



Os Fatores Ambientais (FA) definem o âmbito ambiental relevante orientado pelos fatores ambientais legalmente estabelecidos na alínea e) do nº 1 do art.º. 6º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, que são, Biodiversidade, População, Saúde humana, Fauna, Flora, Solo, Água, Atmosfera, Fatores climáticos, Bens materiais, Património e Paisagem.

Da análise e correspondência dos elementos apresentados, foram definidos os FCD resultantes da definição do âmbito do PPAAEC:

FCD 1 – CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE

FCD 2 - PAISAGEM

FCD 3 – QUALIDADE AMBIENTAL

FCD 4 – PREVENÇÃO DE RISCOS E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

FCD 5 – DESENVOLVIMENTO HUMANO E TERRITORIAL

FCD 6 – GOVERNANÇA



4. ANÁLISE E AVALIAÇÃO AMBIENTAL

FCD 1- CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE

No âmbito do presente FCD1 pretende-se realizar uma análise de natureza estratégica, promovendo a avaliação dos impactes decorrentes das opções estratégicas preconizadas no plano em domínios considerados pertinentes para a proteção e valorização do património natural e Paisagístico de acordo com critérios de sustentabilidade determinados, nomeadamente com base nas orientações dos instrumentos de referência estratégica.

A área do PP, encontra-se localizada numa zona de cabeço, principalmente entre as cotas 100m e 125m. o nível da sua exposição solar, encontra-se abrangida por áreas a Noroeste/Norte/Nordeste. Quanto ao uso do solo encontra-se numa área de espaço bastante artificializado, composto maioritariamente por áreas afetadas à extração de inertes (98,54%), integrando, de acordo com o levantamento cartográfico existente, algumas áreas de agricultura de sequeiro (1,45%).

Ao nível da Carta de Solos, identifica-se essencialmente na área do plano, os solos litólicos de arenitos, associados a solos calcários, pardos.

Quanto à biodiversidade, o PPAAEC, localiza-se numa área que não coloca em causa nenhum valor natural relevante para a conservação da natureza e da biodiversidade, nem interfere com áreas classificadas nem em Regime Florestal. De acordo com a ocupação atual do solo, não existem habitats constantes dos anexos do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual, conforme Planta de Ordenamento_1C.

Face à ocorrência de espécies vegetais não indígenas invasoras, estão previstas medidas de prevenção e avaliação do risco ecológico, mitigação dos impactos e controlo das espécies não indígenas invasoras”.

Relativamente aos recursos hídricos, identifica-se na área de plano uma rede hidrográfica residual, resultado de um gradual recuo da mesma por motivos de utilização para usos de indústria extrativa, anteriormente instalada.

Apesar do terreno em causa não se inserir em área classificada (de acordo com o DL n.º 142/2008, de 24 de julho), foi considerada a importância das características da área envolvente referentes à conservação da natureza e biodiversidade e nesse sentido a sua integração e pretensão de alargamento desta através da introdução de alinhamentos de alinhamentos e maciços de vegetação arbórea e arbustiva autóctone, contribuindo para o contínuo natural da área do plano e para a estrutura verde municipal.



FCD 2- PAISAGEM

O local do Plano encontra-se bastante descaracterizado em termos paisagísticos, pela sua degradação pela sua utilização de extração de inertes, quer pelo abandono desta, neste sentido após a análise do FCD-Paisagem, entende-se que os efeitos esperados para o PP, contribua para a melhoria da qualidade ambiental dos espaços públicos e privados na área do plano.

FCD 3- QUALIDADE AMBIENTAL

No que se refere à QUALIDADE AMBIENTAL, estamos perante um território onde não existem à partida riscos de inundação ou de cheia identificados, considerando que a linha de água existente não tem muita relevância, sendo de regime sazonal. No que respeita à qualidade do ar, verifica-se que a criação de uma nova área de atividades económicas poderá contribuir para uma degradação da qualidade do ar na área do plano, pelo que deverá ter-se em consideração a prevenção de qualquer tipo de emissões de poluentes atmosféricos.

FCD 4- PREVENÇÃO DE RISCOS E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

No que se refere à PREVENÇÃO DE RISCOS E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, estamos perante uma área cuja implantação não coincide com áreas de movimentação de vertente, no entanto existem na área adjacente zonas indicadas como zonas de movimentação de vertentes.

Quanto ao risco de sismo, verifica-se que a área de plano coincide com uma área de risco moderado.

FCD 5- DESENVOLVIMENTO HUMANO E TERRITORIAL

No que se refere ao DESENVOLVIMENTO HUMANO E TERRITORIAL, estamos perante uma área que apresenta em relação à população residente na freguesia de Santo Isidoro (Censos 2011), cerca de 3.648 pessoas, em Mafra com 17.318 e a Ericeira com 9.831. Verifica-se que a taxa de população desempregada em 2011, em Santo Isidoro situava-se nos 10%, superior à freguesia de Mafra, mas inferior às taxas das freguesias de Ericeira e Encarnação.

A densidade populacional de Mafra tem vindo a aumentar desde o ano de 2015, tendo-se registado o valor mais alto em 2017, com cerca de 285,6 hab/km².



Relativamente às acessibilidades e mobilidade, verifica-se a melhoria das atuais redes de infraestruturas rodoviárias na AML e no município de mafra constitui instrumentos de acessibilidades entre pessoas e mercadorias, e nas dinâmicas pendulares entre as diversas freguesias no município de mafra, assim como para os municípios vizinhos.

Quanto à competitividade e desenvolvimento económico, prevê-se a criação de condições para o desenvolvimento de uma dinâmica económica que fixe residentes e atraia competências, constitui uma preocupação no âmbito do Plano Diretor Municipal, no entanto, no decorrer deste é necessário avaliar o estado de arte, de modo a possibilitar a correção de possíveis desigualdades nas dinâmicas territoriais neste setor.

O concelho de Mafra, beneficiou com a proximidade à cidade de Lisboa, reforçada com a construção de autoestradas (A8 e A21), devidamente articuladas com uma rede viária que inclui, entre outras, quase 9 quilómetros de variantes.

A produtividade das empresas instaladas no concelho de Mafra, têm demonstrado dinâmica económica com os contributos setoriais nas áreas da Agricultura, Silvicultura e Pescas, Indústria, Construção e Serviços com cerca de 1%, do total Nacional.

As taxas de variação das exportações, apresentou entre 2015 e 2016, resultados positivos em cerca de 26%, contudo a mesma taxa foi reduzida entre 2016 e 2017, com valores negativos de 2%.

FCD 6- GOVERNANÇA

No que se refere à GOVERNANÇA, o município de mafra, em termos gerais, apresenta e divulga as suas iniciativas sob diferentes formas, através do Boletim informativo e site da Câmara Municipal de Mafra.



5. AVALIAÇÃO E ESTRATÉGIA DE IMPACTES

FCD 1- CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE

Entende-se que as principais forças deste FCD1, refere-se ao enquadramento privilegiado em termos paisagístico do PP. Quanto às ameaças, verifica-se a expansão da vegetação invasora.

A análise dos efeitos esperados pela proposta de Plano efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas, verificam-se os seguintes efeitos positivos:

Biodiversidade: considera-se que a Presente proposta de Plano favorece a eliminação e controlo de espécies com estatuto de invasoras na área do PP.

Recursos Hídricos: considera-se que a Presente proposta de Plano irá promover a recolha de águas pluviais.

Estrutura Ecológica: A presente proposta de Plano irá favorecer a continuidade da Estrutura Ecológica Municipal, permitindo aumentar a área de espaços verdes de enquadramento.

A análise dos efeitos esperados pela proposta de Plano efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas, verificam-se os seguintes efeitos negativos:

Geologia e solos: considera-se que a presente proposta de Plano contribui para a impermeabilização do solo. No entanto, encontra-se previsto de taxas de impermeabilização o seguinte: Parcela 1 (85,69%), Parcela 2 (83,13%) e Parcela 3 (23,17%). No entanto será proposto em Proposta de Execução a utilização de materiais considerados mais sustentáveis e permeáveis, que irão permitir a diminuição das taxas de impermeabilização.

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a biodiversidade e a conservação da natureza serão afetadas com a implementação da proposta de plano. Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de plano.

Oportunidades:

- Controlo da degradação e erosão do solo.
- Recuperação da área degradada existente através da introdução de novos espaços verdes.



Ameaças:

- Risco de degradação paisagística e ambiental.
- Risco de degradação e erosão do solo e consequente possibilidade de movimentação de massas de solo em vertentes

FCD 2- PAISAGEM

As oportunidades consideradas para o FCD2, consistem na melhoria do enquadramento paisagístico na área do plano.

FCD 3- QUALIDADE AMBIENTAL

A análise dos efeitos esperados pela proposta de Plano efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas, verificam-se os seguintes efeitos positivos:

ruído: A proposta de criação de uma modelação de terreno em redor da proposta do plano, assim como a utilização dos espaços verdes circundantes, irá favorecer a criação de um tampão, minimizando os níveis sonoros que possam surgir decorrentes das atividades económicas instaladas.

A análise dos efeitos esperados pela proposta de Plano efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas, verificam-se os seguintes efeitos negativos:

Resíduos: A proposta de plano prevê um aumento do número de resíduos sólidos urbanos para a área do PP. No entanto encontra-se previsto na área do PP a implementação de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos que permitirá realizar a recolha seletiva e encaminhamento para local de tratamento.

Água: A proposta de plano prevê o desenvolvimento de ações que visam a preservação dos recursos hídricos potáveis, nomeadamente através da reabilitação das condutas de abastecimento de água e realização de ações de sensibilização, de modo a diminuir o consumo de água.

Ruído: o aumento previsto de área industrial pode contribuir para um aumento dos níveis de ruído. No entanto, por imposições legais, as unidades industriais instaladas ou a instalar deverão garantir níveis sonoros que não excedam os limites legais. Assim sendo considera-se este efeito pouco significativo.



Ar: A criação da nova área de atividades económicas pode poderá contribuir para uma ligeira degradação da qualidade do ar na área do plano. No entanto, por imposições legais, as unidades industriais instaladas ou a instalar deverão garantir (caso seja aplicável) a instalação de um adequado sistema de tratamento de efluentes gasosos, pelo que se considera este efeito como negativo, no entanto, pouco significativo. Assim como também reforçar a importância da requalificação dos espaços verdes adjacentes que irão contribuir para atenuar e minimizar possíveis efeitos negativos neste domínio.

Energia: A proposta de plano pretende promover uma redução ao nível do consumo de energia através da implementação de projetos Eco eficientes, dando continuidade às iniciativas que se encontram a promover atualmente nomeadamente a substituição de luminárias. Este efeito é considerado como significativo.

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a Qualidade Ambiental serão afetadas com a implementação da proposta de Plano. Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de Plano.

Oportunidades:

- Melhoria do sistema de gestão de RSU, na área do plano e zonas de proximidade.
- Melhoria dos níveis de qualidade, atendimento, integração e eficiência dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de recolha e drenagem de águas residuais, na área do plano e zonas de proximidade.
- Aposta em intervenções que promovam o uso eficiente da água.
- Aposta em intervenções que promovam a ecoeficiência energética (para iluminação).
- Aposta em investimentos na área das energias renováveis.

Ameaças:

- Alterações climáticas poderão com grande probabilidade, acentuar os riscos de degradação da qualidade das massas de água
- Aumento da quantidade de Resíduos Sólidos Urbanos na área do plano.



FCD 4- PREVENÇÃO DE RISCOS E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A análise dos efeitos esperados pela proposta de Plano efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas, verificam-se os seguintes efeitos negativos:

Incêndios: espera-se que as ações definidas no PMDFCI tenham uma continuidade, resultando numa maior consciencialização dos cidadãos no que se refere às questões relacionadas com a temática dos incêndios bem como uma maior colaboração aquando da ocorrência de incêndios. Deste modo, considera-se que o efeito é positivo e significativo.

Movimentação de Vertentes: Não estando previstas ações específicas que permitam assumir o cumprimento do indicador “Medidas de contenção face à ocorrência de erosão”, a própria implementação do estabelecido no PDM e PMDFCI assumirá esta função, podendo vir a ser definidas outras medidas em função das características e necessidades do território, facto que permite inferir sobre um efeito positivo.

Sismicidade: É de esperar que a Proteção Civil desenvolva campanhas ao nível da sensibilização e divulgação, bem como de preparação para a ocorrência destes eventos, considerando-se que existe um maior conhecimento dos procedimentos face à ocorrência de sismos e por conseguinte uma melhoria dos meios e mecanismos de atuação bem como de participação da população. Por este facto considera-se que os efeitos do indicador serão positivos e significativos.

Acidentes Industriais: A proposta de plano pretende reforçar os espaços destinados às atividades económicas. É de prever que os mecanismos de gestão de acidentes industriais desta área permitam uma redução destas ocorrências, pelo que se considera que o efeito é positivo e significativo.

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas serão afetadas com a implementação da proposta de Plano. Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de Plano.



Oportunidades:

- Criação de novos polos de desenvolvimento económico com um aumento da competitividade do concelho;
- Adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção, exploração das unidades industriais a instalar;
- Desenvolvimento de uma economia mais sustentável.

Ameaças:

- Risco de incêndio florestal e sobre património edificado por ação antrópica;
- Mobilização dos solos face à implementação de novos projetos;
- Risco de erosão dos solos em consequência da ocorrência de incêndios;
- Risco de ocorrência de sismo.

FCD 5- DESENVOLVIMENTO HUMANO E TERRITORIAL

A análise dos efeitos esperados pela proposta de Plano efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas, verificam-se os seguintes efeitos positivos:

Ordenamento do Território: A concretização do modelo de ordenamento estratégico da proposta de plano irá aumentar o nível de qualidade de vida, o que suscitará a oportunidade de aumentar a população residente concelhia, bem como atrair população mais jovem, pelo que é esperado um efeito significativo.

Competitividade e desenvolvimento económico: A execução da proposta de plano permitirá a implementação de políticas de estruturação, infraestruturação e qualificação dos espaços de atividades económicas que, por sua vez, motivará a atração e fixação de mais unidades empresariais e de mais investimento e gerará maior capacidade de emprego.



As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como o Desenvolvimento Humano e Territorial serão afetados com a implementação da proposta de Plano. Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de Plano.

Oportunidades:

- Melhoria do estado de ordenamento de território contribuindo para um melhor equilíbrio entre os diversos usos e funções do sistema biofísico;
- Possibilidade de executar um desenho urbano estruturado, coerente e atrativo;
- Criação de espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas estruturados e infraestruturados.

Ameaças:

- Diminuição da população residente;
- Tendência para a desertificação dos aglomerados populacionais mais isolados;
- Aumento dos níveis de erosão do solo;
- Baixa capacidade de atração de população.

FCD 6- GOVERNANÇA

A análise dos efeitos esperados pela proposta de Plano efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas, verificam-se os seguintes efeitos positivos:

- Uma vez que a proposta de plano apresenta como instrumento de referência o PNPOT, a sua base de desenvolvimento será orientada para “reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições”. A proposta de plano contempla ainda um objetivo estratégico relacionado com o “Aumento da Eficiência da Governação”, e outro relacionado com “Promover a associação de investidores dos diversos sectores de atividade do Concelho na criação de insígnias e marcas do Concelho com base em recursos e produtos endógenos sustentabilidade reconhecida (certificados)”. Neste contexto a proposta de plano pretende promover uma



integração dos principais agentes e atores nos projetos territoriais. Pelo referido anteriormente, considera-se o efeito positivo como significativo.

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a Governança será afetada com a implementação da proposta de Plano. Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de Plano.

Oportunidades:

- Notoriedade do território;
- Aumento dos índices de qualidade de vida por integração dos cidadãos nos processos de decisão;
- Fixação populacional;
- Desenvolvimento económico e social.

Ameaças:

- Insatisfação da população;
- População enquanto barreira à concretização do desenvolvimento.



6. PLANO DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Fatores Críticos para a Decisão	Objetivos de sustentabilidade	Domínio de Avaliação	Critérios de Avaliação	Diretrizes de Monitorização	Designação do Indicador	Unidades	Fonte(s)	Valores de Referência	Período de Referência	Frequência de monitorização	Metas
FCD1 - Conservação da Natureza e Biodiversidade	Controlar a proliferação de espécies invasoras; Recuperar situações de passivo ambiental;	Biodiversidade	Avalia as áreas com biodiversidade vegetal	Monitorizar e Valorizar o património vegetal	Espécies com estatuto de invasoras	ha	CMM	0,38	2019	anual	0
	Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos	Recursos Hídricos	Avalia o estado das águas de superfície	Monitorizar o Estado Ecológico Natural	Estado das águas de superfície	adimensional	ARH	Razoável	2019	anual	Bom
	Garantir a proteção e conservação dos recursos geológicos	Geologia e Solos	Avaliar o grau de impermeabilização do solo	Monitoriza o estado de permeabilização do solo	Índice de impermeabilização do solo	adimensional	CMM	Parcela 1=0,86; Parcela 2=0,83; Parcela3=0,23	2019	anual	Parcela 1<0,86; Parcela 2<0,83; Parcela3<0,23
	Favorecer o contínuo Natural de suporte biofísico	Estrutura Ecológica	Avaliar as áreas com espaços verdes	Monitorizar o contínuo natural através da inclusão da área do plano na Estrutura Ecológica Municipal	Área de espaços verdes de enquadramento	ha	CMM	Parcela 1=14,31%; Parcela 2=16,87%; Parcela3=76,83%	2019	anual	Parcela 1>14,31%; Parcela 2>16,87%; Parcela3>76,83%
FCD2- Paisagem	Contribuir para a integração paisagística dos edifícios industriais	Estrutura Ecológica	Avaliar o enquadramento paisagístico dos edifícios industriais	Monitorizar o enquadramento paisagístico e estético da integração dos Edifícios	Alinhamentos arbóreos concretizados	N.º	CMM	0	2019	anual	Plano de Execução
FCD3 - Qualidade Ambiental	Promover uma política adequada de Gestão de Resíduos;	Resíduos	Avaliar o destino final dos resíduos sólidos produzidos na área do plano	Monitorizar o destino final dos resíduos Sólidos produzidos	Produção de resíduos sólidos urbanos (seletivamente)	Ton	CMM	0	2019	anual	Plano de Execução
	Garantir a proteção do recurso água; Garantir os serviços adequados de abastecimento de água para consumo humano; Promover um consumo eficiente e racional do recurso água	Água	Avaliar as perdas de água no sistema de abastecimento de água	Monitorizar as perdas e fugas de água	Perdas de águas nas condutas	M³	SMAS MAFRA	0	2019	anual	0
			Avaliar o consumo de água	Monitorizar a forma como o plano gere os recursos hídricos	Consumo de água	m³	CMM	0	2019	anual	Plano de Execução
	Assegurar a emissão de níveis de ruído que não	Ruído	Avaliar os níveis de monitorização	Monitorizar os níveis de ruído	Ambiente acústico (Lden)	dB	CMM	60/65	2019	2/2 anos	Lden<65dB (A)



Fatores Críticos para a Decisão	Objetivos de sustentabilidade	Domínio de Avaliação	Critérios de Avaliação	Diretrizes de Monitorização	Designação do Indicador	Unidades	Fonte(s)	Valores de Referência	Período de Referência	Frequência de monitorização	Metas
	perturbem a saúde humana e o bem estar das populações		sonora dentro e fora da área do PP	produzidos dentro e fora da área do PP	Ambiente acústico (Ln)	dB	CMM	50/55	2019	2/2 anos	Ln<55dB (A)
					Ambiente acústico (Lden)	dB	CMM	<65	2019	2/2 anos	Lden<65dB (A)
					Ambiente acústico (Ln)	dB	CMM	<55	2019	2/2 anos	Ln<55dB (A)
	Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública; Contribuir para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa	Ar	Avaliar os níveis de Poluição atmosférica / Contaminação do ar e cumprimento dos requisitos legais	Monitorizar os gases com efeito de estufa dentro da área do PP	Emissão de gases com efeito de estufa	t/km2	CMM	0	2019	anual	<Limites máximos
			Avaliar os níveis de satisfação da população relativamente à qualidade ambiental	Monitoriza a satisfação da população	Queixas da população relativamente à qualidade do ar	N.º	CMM	0	2019	anual	0
	Promover o aumento da eficiência energética	Energia	Avaliação da matriz Energética	Monitorizar a matriz energética	Consumo de energia (por tipo de consumo)	kW	EDP	0	2019	anual	Consumos anuais
FCD4 - Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas	Prevenir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios	incêndios	Avaliar as estratégias para minimização de ocorrência de incêndios	Monitorizar as estratégias para minimização de ocorrência e combate a incêndios	Ações de sensibilização com certificação "incêndios"	N.º	Proteção Civil	0	2019	anual	Relatório anual do Plano
	Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais										
	Aumentar os níveis de proteção do solo	Movimentação de vertentes	Avalia as condições técnicas de estabilidade na implantação do PP	Monitorizar os possíveis eventos de erosão	Área edificada em zona de risco de movimentos de vertente	ha	CMM	0	2019	anual	0
	Minimizar a ocorrência de acidentes geomorfológicos		Avalia as ocorrências de deslizamentos nas vertentes da linha de água		Deslizamentos nas vertentes dos vales das principais linhas de água	N.º	CMM	0	2019	anual	0
	Prevenir as consequências provocadas por um sismo	Sismicidade	Avalia a preparação dos colaboradores da área do PP para eventual sismo	Estabelecer medidas de sensibilização para a	Ações de sensibilização "sismos"	N.º	CMM	0	2019	anual	Relatório anual do Plano



Fatores Críticos para a Decisão	Objetivos de sustentabilidade	Domínio de Avaliação	CrITÉrios de Avaliação	Diretrizes de Monitorização	Designação do Indicador	Unidades	Fonte(s)	Valores de Referência	Período de Referência	Frequência de monitorização	Metas
				ocorrência de Sismos							
	Prevenir a ocorrência de derrames para o solo e para os recursos hídricos	Acidentes Industriais	Prevenção de acidentes graves	Prevenir a ocorrência de acidentes graves	Ações de sensibilização "acidentes industriais"	N.º	CMM	0	2019	anual	Relatório anual do Plano
	Prevenir a ocorrência de situações de explosão										
	Prevenir a proteção de pessoas e bens										
	Criar pontos de vigilância epidemiológica	Saúde Pública	Promove a vigilância e a deteção precoce	Monitorizar os mosquitos nativos e invasores (<i>Aedes albopictus</i> e <i>Aedes aegypti</i>)	Vigilância entomológica e epidemiológica	n.º	CMM (Área de higiene pública e sanidade veterinária e centro de saúde)	Nível 0 =ausência de mosquitos invasores e ausência de casos autóctones de doença); Nível 1 =presença de mosquitos invasores e ausência de casos autóctones de doença; Nível 2 =populações de mosquitos infetados (nativos ou invasores) e casos autóctones de doenças em seres; Nível 3 =situações esperadas e inesperadas e presença de surto.	2019	anual	Ausência de agentes invasores
	Garantir o escoamento da bacia de drenagem	Fenómenos de Cheias e Inundações	Avalia situações suscetíveis de ocorrência de fenómenos de cheias e inundações	Monitorizar a renaturalização dos cursos de água e margens	Áreas de cursos de água e margens renaturalizadas	adimensional	CMM	ICAgua=Ren ano/Ren ano anterior ICAgua-Índice de avaliação e renaturalização Ren – Renaturalização dos cursos de água e margens executados (Km²) ICAgua >1 – Aumento da área renaturalizada; ICAgua <1 – Diminuição da área renaturalizada	2019	anual	Relatório Anual do Plano
FCD5 - Desenvolvimento Humano e Territorial	Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território	Ordenamento do território	Avalia as Acessibilidades e Mobilidade	Monitorizar o número de utilizadores da rede de transportes públicos	Evolução do número de utilizadores da rede de Transportes Coletivos	N.º	CMM	0	2019	anual	NA
	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes										



Fatores Críticos para a Decisão	Objetivos de sustentabilidade	Domínio de Avaliação	Critérios de Avaliação	Diretrizes de Monitorização	Designação do Indicador	Unidades	Fonte(s)	Valores de Referência	Período de Referência	Frequência de monitorização	Metas
	existentes - Garantir a mobilidade para todos										
	Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional	Competitividade e desenvolvimento económico	Avalia o Desenvolvimento Económico	Monitorizar a dinâmica económica do Plano	Comercio Internacional- Exportações (€)	€	CMM	0	2019	anual	Relatório anual do Plano
	Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional		Emprego	Monitorizar a criação de postos de trabalho	Postos de trabalho criados na área do PP	N.º	CMM	0	2019	anual	Relatório anual do Plano
	Melhorar a eficiência da circulação viária e pedonal no perímetro da área do PP			Monitorizar a formação dos empregados com formação superior	Qualificações profissionais de formação superior	%	CMM	0	2019	anual	Relatório anual do Plano
	Assegurar as deslocações em meios de transporte coletivos			Monitorizar a formação dos empregados com formação técnica	Qualificações profissionais de formação técnica	%		0	2019	anual	Relatório anual do Plano
FCD6 - Governança	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições	Governança	Agentes locais envolvidos	Monitorizar os Agentes locais envolvidos	Agentes envolvidos (internos/externos)	n.º	CMM	11	2019	anual	Relatório anual do Plano
			Fontes de informação	Monitorizar as Fontes de informação	Locais com informação disponível sobre a área do PP	n.º	CMM	3	2019	anual	Relatório anual do Plano
			Envolvimento da comunidade	Monitorizar o envolvimento da Comunidade	Participação em consultas públicas	n.º	CMM	11	2019	anual	Relatório anual do Plano

Quadro 3 – Quadro Resumo.



7. RECOMENDAÇÕES

Decorrente da AAE, são apresentadas orientações e recomendações para o seguimento do Plano, com vista à minimização dos riscos identificados e à maximização das oportunidades existentes:

- considerar o investimento na manutenção e valorização de áreas naturais como o garante da sustentabilidade ecológica do plano;
- definir e obrigar ao cumprimento de regras de boa conduta que preservem os recursos naturais por forma a não comprometer a qualidade, a viabilidade e a sustentabilidade desses recursos;
- monitorizar e controlar as espécies vegetais não indígenas invasoras, na área do plano e zonas de proximidade com valor ecológico, através de um programa anual de monitorização para aferição da evolução da distribuição das espécies na área do plano;
- condicionar operações de desmatamento, tendo em conta as necessidades de conservação dos valores naturais;
- monitorizar o enquadramento paisagístico e estético da integração dos edifícios;
- monitorizar o destino final dos resíduos sólidos produzidos;
- monitorizar a forma como o plano gere os recursos hídricos;
- monitorizar as perdas e fugas de água;
- monitorizar os níveis de ruído produzidos dentro da área do PP;
- monitorizar os gases com efeito de estufa dentro da área do PP;
- monitorizar a satisfação da população;
- monitorizar a Matriz Energética;
- elaborar os relatórios de situações de risco e/ou emergência face à probabilidade/ocorrência de incêndio florestal ou sobre património edificado, com avaliação do espaço ardido (número de acontecimentos, área ardida, edifícios afetados, população humana afetada), tempos de resposta dos meios de intervenção (min) bem como das perdas patrimoniais em consequência de incêndio (euros);
- Sempre que se registar a necessidade de uma nova construção, deverão ser tidas em consideração as medidas que acautelem os processos erosivos do solo devendo para tal, quando necessário, ser equacionadas medidas de estabilização de taludes, contemplando as necessárias intervenções de reflorestação;
- assegurar todas as condições de estabilidade sobretudo ao nível da abertura de taludes e aterros construídos;
- estabelecer as regras adequadas à construção antissísmica, em função dos índices de intensidades de perigosidade do concelho;



- estabelecer planos de prevenção e emergência face à ocorrência de sismos;
- promover ações de informação e sensibilização da população e instituições;
- Promover a realização de exercícios de simulacro. Importa ainda referir que se torna importante a informação e sensibilização das populações e entidades face às caraterísticas biofísicas do concelho e às possibilidades de risco decorrentes das mesmas.
- monitorizar as estratégias para minimização de ocorrência de incêndios
- monitorizar os possíveis eventos de erosão
- estabelecer medidas de sensibilização para a ocorrência de Sismos
- prevenir a ocorrência de acidentes graves
- garantir e incentivar a afirmação de uma imagem urbana atrativa onde a qualidade dos espaços públicos, a linguagem arquitetónica, as caraterísticas do edificado, o acesso aos principais equipamentos de utilização coletiva e acesso a todas as infraestruturas, constituam elementos relevantes da qualidade do espaço;
- criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, através da criação de emprego;
- criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas;
- garantir boas condições de acessibilidade para todos em todos os edifícios que instalem serviços direcionados para o público;
- fomentar a organização de ações de formação profissional bem como a sua frequência, nas áreas de maior necessidade e em articulação com as necessidades sentidas pelo tecido empresarial local;
- promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada;
- promover a conservação e valorização da biodiversidade e do património natural;
- estabelecer um correto ordenamento, utilização e gestão do território do município criando espaços urbanos e urbanizáveis devidamente estruturados e infraestruturados, que reflitam um equilíbrio e o respeito pelo sistema biofísico;
- monitorizar os Agentes locais envolvidos;
- monitorizar as Fontes de informação;
- monitorizar o envolvimento da Comunidade.



8. CONCLUSÕES

As opções previstas pelo PPAAEC correspondem, na sua grande maioria, a oportunidades para o território objeto de intervenção.

Considera-se que este representa um projeto de relevância para a economia e competitividade do concelho de Mafra, traduzindo a seguimento dos objetivos estratégicos do planeamento e ordenamento do território.

Neste sentido, o PPAAEC, consiste num importante projeto que se espera que venha favorecer a atratividade empresarial para o concelho em termos de investimento privado e de atividades económicas geradoras de riqueza e potencialmente de emprego local.

O Plano aposta e propõe a criação de um espaço dinâmico, polivalente pelas funções que permite, com abertura à implantação de serviços e atividades de apoio à população em geral, e com uma forte componente e aposta na sustentabilidade energética, na eficiência e eficácia das infraestruturas básicas, sendo de esperar, por um lado, um parque apetecível às futuras empresas, mas por outro permitindo uma gestão eficaz.

Consideraram-se como principais riscos: o potencial e expectável aumento da circulação de veículos ligeiros e pesados nas vias envolventes de acesso ao Plano; o aumento dos níveis de ruído ambiente na área de intervenção e na envolvente imediata, associado ao tráfego e à própria laboração de atividades; a eventual ocorrência de riscos naturais como episódios sísmicos ou incêndios florestais; o aumento da carga populacional, empresarial e de tráfego rodoviário que se estabelecerá na área de implementação; e o aumento dos consumos energéticos e de água, bem como a elevada produção de resíduos.

Apesar dos riscos identificados, considera-se que decorrem da implementação do PPAAEC maioritariamente oportunidades ao nível da economia e da comunidade local. Os riscos existentes identificados são, contudo, minimizáveis através das soluções propostas pelo Plano.

A Avaliação Ambiental propõe ainda um conjunto de recomendações e/ou sugestões para a fase de projeto de execução, mas também para a futura gestão e monitorização do Plano.

